

AGE - Assessoria de Apoio Administrativo
e Recepção de Mandados - ARM/AGE

PARA:

ARE Montes Claros
até 08/06

PROC 1380217

no Agua Boa
Capelinha
de Montes Claros

de abril de 2017.

Assunto: encaminha certidões de débito

AGE / ARE EM MONTES CLAROS
Protocolo nº 3411
Data: 23/05/17
Resp./Masp: Nelson

Senhor Advogado Geral,

retransmito as anexas certidões de débito remetidas pelo ofício nº 508/2017/CAMP/MPC, para as providências cabíveis.

Solicitamos analisar a possibilidade e a oportunidade de informar à AGE/TCE o ajuizamento das respectivas execuções, caso não ocorra de pronto a quitação, pelo email antonio.nogueira@advocaciageral.mg.gov.br, c/c para cgabinete@advocaciageral.mg.gov.br.

Atenciosamente,

Antonio Olimpio Nogueira,
Procurador do Estado
Advocacia-Geral do Estado junto ao
Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais.

De ordem, a _____
Em _____/_____/2017
Ana Maria de Barcelos Martins Procuradora do Estado Coordenadora da ARM/AGE

AGE - Assessoria de Apoio Administrativo
e Recepção de Mandados

Tribunas: EXP. 1.347.563

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor Onofre Alves Batista Junior
Digníssimo Advogado Geral do Estado de Minas Gerais
Capital

RECEBIDO NA ARM/AGE
EM 16/05/2017
por Nelson



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Ofício n. 508/2017/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Antônio Olímpio Nogueira
Coordenador do Escritório de Advocacia Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Assunto: encaminha certidões de débito.

Senhor Procurador do Estado,

Encaminho-lhe, por ordem do Procurador-Geral, as certidões de débito e cópias dos Acórdãos¹ referentes aos autos relacionados a seguir.

CERTIDÃO	PROCESSO	MPC
0166/2017	776848 ⁽¹⁾	M 1184
0167/2017	747220 ⁽¹⁾	M 1185
0172/2017	770524 ⁽¹⁾	M 1186
0173/2017		
0174/2017		
0175/2017		

Na espécie, atestado pela Corte de Contas o não recolhimento do débito, solicitamos a adoção das medidas necessárias à execução do julgado do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da competência estabelecida no artigo 128 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Respeitosamente,

Kátia S B Barcellos
Kátia Guimarães Barreto Barcellos

Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas em exercício²

¹ Acesso ao inteiro teor das Notas Taquigráficas: www.tce.mg.gov.br - D.O.C - Diário Oficial de Contas.

² Portaria n. 10/2014, art. 1º, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC/TCMG de 22/7/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

Coordenadoria de Débito e Multa

Certidão de Débito n.º 00172/2017

CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3º, da Constituição Federal, 76, § 3º, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar n.º 102, de 17/01/2008, publicada no “MG” de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em Sessão da Segunda Câmara, realizada em 29/10/2015, nos termos do Acórdão de fls. 1290/1300v, publicado no “DOC” de 18/01/2016, constante do **Processo n.º 770.524** - **Representação** protocolizada pelo Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio da qual apresenta possíveis irregularidades na prestação de contas de recursos do FUNDEB pela **Prefeitura Municipal de Água Boa**, determinação pelo Tribunal de Contas para realização de inspeção extraordinária na Prefeitura, nos exercícios de 2008 a 2011, determinou a aplicação da **multa** com fulcro no inciso I do art. 83, c/c o inciso II do art. 85 da Lei Complementar n.º 102, de 2008, ao Sr. **Elimarcus Lacerda Costa**, CPF: 073.325.757-79, Prefeito Municipal, em 2008, residente e domiciliado na Rua Santa Clara, n.º 172, Centro, Água Boa, MG, CEP: 39.790-000, no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais), que atualizados monetariamente, perfazem a quantia de **R\$15.853,29** (quinze mil e oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos) em razão da ausência de documentação acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2008. Certificamos ainda que o valor citado foi corrigido pela Tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico em 10/03/2017, conforme Resolução n.º 13/95 deste Tribunal. Ao valor de R\$15.853,29 (quinze mil e oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos), será acrescido o valor de **R\$1.426,80** (um mil e quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), correspondentes a 9% (nove por cento) de juros moratórios de 1% ao mês, incidentes a partir de **11/06/2016**, perfazendo o valor de **R\$17.280,09** (dezesete mil e duzentos e oitenta reais e nove centavos), nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. O valor constante desta certidão deverá ser atualizado monetariamente na data do respectivo recolhimento, acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução n.º 12/2008 (RITCMG). É o que consta do mencionado processo. Eu MARIA DE FÁTIMA DIAS, TC 08041, Analista de Controle Externo, extraí a presente certidão que assino aos 22 do mês de Março de 2017. E eu, ROSA MARIA CARVALHO PINHO TAVARES, TC 01614-1, Coordenadora de Débito e Multa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a subscrevo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

CERTIDÃO: 00172/2017
PROCESSO: 770.524
EXERCÍCIO: 2008
NATUREZA: REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MG
DECISÃO: SEGUNDA CÂMARA de 29/10/2015
PUBLICAÇÃO: DOC de 18/01/2016
TRÂNSITO EM JULGADO: 23/02/2016
VENCIMENTO ÚLTIMO BOLETO NÃO PAGO: 10/06/2016
RESPONSÁVEL: ELIMARCIUS LACERDA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL, EM 2008
CPF: 073.325.757-79

Multa

Multa aplicada em razão da ausência de documentação acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2008

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Valor Corrigido
02/2016	R\$15.000,00	1,0568857	R\$15.853,29
Valor Corrigido da Multa:			R\$15.853,29

Obs.: O valor histórico da Multa foi corrigido conforme a tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 10/03/2017.

Juros (%)	Juros (Valor)	Valor Total
9	R\$1.426,80	R\$17.280,09
Valor Corrigido da Multa com juros:		R\$17.280,09

O Valor Corrigido da Multa foi acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de 11/06/2016, nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução n.º 12/2008 (RITCMG).

Técnico Responsável: MARIA DE FÁTIMA DIAS, TC-08041

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, em conformidade com a ata de julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, preliminarmente, em considerar que os documentos carreados pelo Sr. Sebastião Tomaz não são capazes de afastar sua legitimidade passiva no feito. No mérito, tendo em vista que as justificativas apresentadas não afastaram as irregularidades apontadas por ocasião da inspeção realizada na Prefeitura do Município de Água Boa e que a conduta do responsável contribuiu significativamente para o resultado ilícito verificado, com fulcro no inciso I do art. 83, c/c o inciso II do art. 85 da Lei Complementar n. 102, de 2008, decidem: **a)** quanto à ausência de documentação acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2008, pela aplicação de multa pessoal de R\$15.000,00 (quinze mil reais) ao Sr. Elimárcius Lacerda Costa, prefeito municipal de Água Boa em 2008, e de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao Sr. Sebastião Tomaz, responsável pelo Controle Interno em 2008, em face da inobservância dos dispositivos legais e de normativos desta Corte indicados na fundamentação, como também pela imputação, ao Sr. Elimárcius Lacerda Costa, da responsabilidade pela ausência de comprovação da regular utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2008, e, consequentemente, da obrigação de ressarcir ao erário municipal o montante de R\$1.568.666,07 (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil seiscentos e sessenta e seis reais e sete centavos), devidamente **corrigido**; **b)** quanto à falta de efetivo acompanhamento da execução orçamentária e financeira do FUNDEB, exercícios de 2009, 2010 e 2011, pela aplicação de multa pessoal e individual de R\$2.000,00 (dois mil reais) à Sra. Adriane Barbosa Amorim, secretária municipal de Administração e Finanças, e ao Sr. José Miguel de Souza Vieira Filho, responsável pela Contabilidade; **c)** quanto à falta de aplicação do mínimo de 60% da receita do FUNDEB com o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, nos exercícios financeiros de 2009 e 2010, pela aplicação de multa pessoal de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao Sr. Carlos Magno Ferreira, prefeito municipal à época, sendo R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por exercício financeiro; **d)** quanto à utilização indevida, em 2011, dos recursos financeiros oriundos de consignações no pagamento de despesas extraorçamentárias, pela aplicação de multa pessoal e individual de R\$2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. Carlos Magno Ferreira, prefeito municipal à época, à Sra. Adriane Barbosa Amorim, secretária municipal de Administração e Finanças, e ao Sr. José Miguel de Souza Vieira Filho, responsável pela Contabilidade; **e)** quanto à falta de atuação do órgão de controle interno, pela aplicação de multa pessoal e individual de R\$2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. Carlos Magno Ferreira, prefeito municipal à época, e ao Sr. Jesus Sidrach Vieira, responsável pelo Controle Interno nos exercícios financeiros de 2009 a 2012; **f)** quanto à falta de lei específica de criação e de atuação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, pela aplicação de multa pessoal de R\$1.000,00 (mil reais) ao Sr. Carlos Magno Ferreira, prefeito municipal à época; **g)** quanto às irregularidades apontadas nos procedimentos licitatórios referentes aos Pregões Presenciais para Registros de Preços n. 029/2010 e 001/2011, pela aplicação de multa aos agentes e nos valores abaixo indicados, e pela recomendação ao atual gestor para que, nos futuros instrumentos convocatórios, passe a exigir “certidão de regularidade”, em vez de certidão de “quitação e/ou certidão negativa”, objetivando atender ao disposto no art. 29 da Lei n. 8.666, de 1993: **g.1)** ao Sr. Carlos Magno Ferreira, prefeito de Água Boa à época, responsável pela homologação dos certames, além de



ser o ordenador das despesas oriundas dos referidos processos licitatórios, multa pessoal de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por licitação homologada e de R\$1.000,00 (mil reais) pela irregularidade apontada na alínea "d" do item 7; g.2) à Sra. Karina Almeida Teixeira, presidente da Comissão de Licitação e subscritora do edital do Pregão Presencial n. 001/2011, multa pessoal de R\$3.000,00 (três mil reais), sendo R\$1.000,00 (mil reais) pela irregularidade apontada na alínea "a", referente à fase interna do certame, e R\$2.000,00 (dois mil reais) por irregularidade, conforme apontado nas alíneas "b" e "e" do item 7, relativas ao instrumento convocatório, e g.3) ao Sr. Olintho Lopes Pinto Filho, presidente da Comissão de Licitação, pregoeiro e subscritor do edital do Pregão Presencial n. 029/2010, multa pessoal de R\$1.000,00 (mil reais), em face da irregularidade apontada na alínea "a" do item 7, relativa à fase interna do certame. Transitada em julgado a decisão, cumpram-se as disposições do art. 364 do Regimento Interno, Resolução TC n. 12, de 2008, e encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para adoção das medidas que entender cabíveis à espécie, no âmbito de sua esfera de atuação constitucional e legal. Intime-se, também, o representante.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro em substituição Hamilton Coelho e o Conselheiro Presidente, em exercício, José Alves Viana.

Presente à Sessão o Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello.

Plenário Governador Milton Campos, 29 de outubro de 2015.

JOSÉ ALVES VIANA
Presidente em exercício

GILBERTO DINIZ
Relator

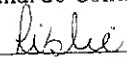
(assinado eletronicamente)

RAC

CERTIDÃO

Certifico que a **Súmula** desse **Acórdão** foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de 18/01/16, para ciência das partes.

Tribunal de Contas, 18/01/16.


Coordenadoria de Taquigrafia e Acórdão

ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia-Geral do Estado
Advocacia Regional/Montes Claros

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO

Executado: ELIMARCIUS LACERDA COSTA
Processo Administrativo: 770.524
Certidão de débito: 172/2017

Valor original do débito	R\$ 15.000,00
Termo Inicial da correção monetária <i>(data do trânsito em julgado)</i>	18/01/2016
Termo Inicial dos juros <i>(trinta dias após o trânsito em julgado)</i>	18/02/2016
Data da Atualização	23/05/2017
Índice de Atualização (CGJ/TJMG)*	1,0771388
Juros	1% ao mês

Valor atualizado do débito principal

$$\text{R\$ 15.000,00} \times 1,0771388 = \text{R\$ 16.157,08}$$

Cálculo dos juros

$$\text{R\$ 16.157,08} \times 15\% = \text{R\$ 2.423,56}$$

Valor do débito atual + juros

$$\text{R\$ 16.157,08} + \text{R\$ 2.423,56} = \text{R\$ 18.580,64}$$

TOTAL GERAL = R\$ 18.580,64



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia Geral do Estado
Advocacia Regional do Estado em Montes Claros

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAPELINHA/MG,

0024921-15.2017 **ÓPIA**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.615/0001-60, com sede na Rua Espírito Santo, nº 495, Centro, Belo Horizonte/MG – CEP: 30.160-031, por seu procurador *in fine* assinado, vem à presença de V. Ex^a. para, com fulcro nos artigos 784, XII e 824 e demais dispositivos do Código de Processo Civil aplicáveis à espécie, propor **ACÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA** em face de:

ELIMARCIUS LACERDA COSTA – CPF nº. 073.325.757-79 – Estado Civil (ignorado) – Profissão (ignorada) – Endereço eletrônico (ignorado) – Rua Santa Clara, nº 172, Centro – ÁGUA BOA/MG – CEP: 39.790-000.

1. O Exequente é credor do Executado, de acordo com decisão prolatada pelo e. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Sessão Plenária realizada em 29 de outubro de 2015, publicado no “MINAS GERAIS” de 18.01.2016, referente ao Processo Administrativo nº. **770.524**, aplicando à parte Ré multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme Acórdão anexo.

2. Referidos valores, acrescidos da correção monetária apurada conforme Tabela da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais publicada no “Minas Gerais” do mês de maio de 2017 e juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), está atingindo, nesta data, a importância de **R\$ 18.580,64 (dezoito mil quinhentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme planilha anexa.

3. Em face do exposto, requer a citação do(a) Executado(a), por mandado, para que pague o débito acima mencionado, no prazo de 3 (três) dias, devidamente atualizado, mais despesas judiciárias e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o montante devido, ou então que garanta a execução, observada a gradação prevista no artigo 835 do Código de Processo Civil, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quanto bastem para garantir o pagamento integral do débito e demais encargos da execução, cumprindo-se, neste caso, com as formalidades previstas no artigo 831 e seguintes do CPC.

4. Dá-se à causa o valor especificado no item 2.

Termos em que,
Pede deferimento.

MONTES CLAROS, 23 de maio de 2017.

JOÃO PAULO PINHEIRO COSTA
Procurador do Estado
OAB/MG 111.413 – MASP 1.186.054-1

COMARCA CAPELINHA

12:21

DISTRIBUIÇÃO

08/06/2017

PROCESSO: 0024921-15.2017.8.13.0123

EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUD

VALOR CAUSA: 10.580,64

DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

08/06/2017 AS 12:21:52

2ª CÍVEL, CRIME E JIJ

JUIZ(A) TITULAR:

JADIR HALLEY SILVA CUNHA

*** Entidade Isenta / Valor Isento ***



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado
Advocacia Regional/Montes Claros

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAPELINHA/MG**

Processo nº: 0024921-15.2017.8.13.0123

Natureza: Execução Quantia Certa – TCE/MG

Executado: Elimarcus Lacerda Costa

CÓPIA

TJMG 016312 03/OUT/17 13:32

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Procurador que a esta subscreve, eleva-se respeitosamente à presença de Vossa Excelência para expor e requerer como se segue:

1. Excelência, tendo em vista o teor da certidão de fl. 07-v, o exequente requer a expedição de carta precatória ao juízo da Comarca de São João Evangelista/MG, para tentativa de citação do executado, sucessivamente, nos seguintes endereços:


- a) Rua Josefina Pimenta, nº 274, Centro, São João Evangelista/MG
- b) Rua São João Evangelista, nº 99, Centro, Coluna/MG

2. Requer-se que a carta precatória seja instruída com cópia da certidão de fl. 07v e desta petição, a fim de orientar a diligência no juízo deprecado.

3. O valor atualizado da execução, não contadas as custas, atinge a soma de R\$ 21.135,46 (vinte e um mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), conforme planilha anexa.

Termos em que,
pede e espera DEFERIMENTO.

Montes Claros, 15 de agosto de 2017.


CÉDIO PEREIRA LIMA JÚNIOR
Procurador do Estado
OAB/MG 97.392 - MASP 1.211.059-9



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado
Advocacia Regional/Montes Claros

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CAPELINHA/MG**

CÓPIA

Processo nº: 0024921-15.2017.8.13.0123

Natureza: Execução Quantia Certa – TCE/MG

Executado: Elimárcius Lacerda Costa

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Procurador que a esta subscreve, eleva-se respeitosamente à presença de Vossa Excelência para expor e requerer como se segue:

1. Excelência, a certidão de fl. 20-v informa que o executado, devidamente citado à fl. 17-v, não efetuou o pagamento do débito.

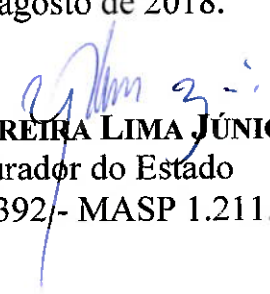
2. Diante disso, e com fundamento nos artigos 835 e 854 do Código de Processo Civil, requer o exequente, a realização de penhora on-line por meio do sistema Bacenjud em face do executado.

3. Note-se que os dispositivos legais citados visam que a penhora recaia preferencialmente sobre dinheiro, além de atender aos princípios da maior efetividade e menor gravame que norteiam o processo executivo.

4. O valor atualizado da execução, não contadas as custas, atinge a soma de R\$ 22.375,90 (vinte e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), nos termos da planilha em anexo.

Termos em que,
pede e espera DEFERIMENTO.

Montes Claros, 31 de agosto de 2018.


CÉDIO PEREIRA LIMA JÚNIOR
Procurador do Estado
OAB/MG 97.392/- MASP 1.211.059-9

TJMG 026833 27/SET/18 12:06



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia-Geral do Estado
Advocacia Regional/Montes Claros

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAPELINHA/MG

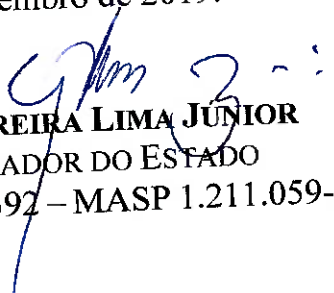
Processo nº: 0024921-15.2017.8.13.0123
Natureza: Execução Quantia Certa – TCE/MG
Executado: Elimarcus Lacerda Costa

COPIA

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu procurador que a esta subscreve, considerando a aparente inexistência de bens penhoráveis de propriedade do executado, eleva-se respeitosamente à presença de Vossa Excelência, para requerer a suspensão do feito pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 921, III do Código de Processo Civil.

Termos em que,
pede e espera DEFERIMENTO.

Montes Claros, 20 de dezembro de 2019.


CÉDIO PEREIRA LIMA JÚNIOR
PROCURADOR DO ESTADO
OAB/MG 97.392 – MASP 1.211.059-9

TJMG 090843 18/FEV/20 15:31



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia-Geral do Estado
Advocacia Regional/Montes Claros

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO

Executado = **ELIMACIUS LACERDA COSTA**
Autos nº = **0024921-15.2017.8.13.0123**
Processo Administrativo = **770.524**
Certidão de Débito = **172/2017**

Valor original do débito	R\$ 15.000,00
Termo inicial da correção monetária (Data do trânsito em julgado)	18/01/2016
Termo Inicial dos juros (Trinta dias após o trânsito em julgado)	18/02/2016
Data da Atualização	29/11/2023
Índice de Atualização (CGJ/TJMG) ¹	1,4905424
Juros	1% ao mês

Valor atualizado do débito principal

$$\text{R\$ 15.000,00} \times 1,4905424 = \text{R\$ 22.358,14}$$

Cálculo dos juros

$$\text{R\$ 22.358,14} \times 93\% = \text{R\$ 20.793,07}$$

Valor do débito atual + juros

$$\text{R\$ 22.358,14} + \text{R\$ 20.793,07} = \text{R\$ 43.151,20}$$

Honorários advocatícios, 10% do valor do débito

$$\text{R\$ 43.151,20} \times 10\% = \text{R\$ 4.315,12}$$

Total Geral

$$\text{R\$ 43.151,20} + \text{R\$ 4.315,12} = \text{R\$ 47.466,32}$$

Montes Claros, 29 de novembro de 2023.

João Carlos Reis
Agente Governamental
Masp: 1.369.993-9

¹ Conforme fatores de atualização monetária, ref. 11/2023, disponível em:
<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/indicadores/fator-de-atualizacao-monetaria.htm>